

ANO VII - JULHO 2015



(

EDITORIAL



ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA. A HORA É ESSA!

esde que assumiu a diretoria da APADEP, esta gestão tem reiterado o extremo valor do serviço prestado pelos Defensores Públicos. Em meio a tantas adversidades, a valorização dos colegas é fundamental. Contudo, os desafios que se aproximam e eventos recentes lamentáveis evidenciam que, nos próximos meses, será necessário mais que a já habitual dedicação. Precisaremos agir juntos, de forma inteligente e estratégica.

A sociedade precisa ter clareza de como e pelo que atuamos. Quando me refiro à sociedade, não me restrin-jo aos que são alvo dos serviços da Defensoria. É importante que outros cidadãos, que não sejam potenciais usuários de nossos serviços, também apoiem a defesa da Instituição. Ainda mais neste momento, em que a ALESP deve apreciar uma matéria relevante para a carreira paulista. É necessário trazer a sociedade para o nosso lado, reiterando que nossa

obrigação é fazer valer a Constituição, com a autonomia por ela assegurada para questionar inclusive o Estado, quando este viola direitos; que Defensores não são remunerados pelo número de ações propostas, como afirmou recentemente o Governador. O artigo publicado nesta edição vem tratar deste "incômodo necessário" causado pela Defensoria.

Temos pela frente um dos capítulos mais importantes da história recente da Instituição: o envio à ALESP do projeto remuneratório, do projeto de alteração da LC 988/06, bem como um substancioso aporte orçamentário, com o propósito de que, sendo aprovados, reflitam a necessária simetria constitucional entre as carreiras da Justiça estabelecida pela EC 80.

Na reportagem de capa, elencamos as principais propostas de alteração ao texto da LC 988/06, enviadas pela carreira, APADEP e comissão criada pelo CSDP. A votação da matéria na

ALESP demandará, de todos, mais resiliência, inteligência emocional e argumentação.

Ao nosso DPG está posto o desafio: revelar a sua interlocução no Executivo e no Legislativo para que os pleitos sejam atendidos. Com união e com preparo, teremos chances de vitória.



FRANCIANE MARQUES Presidente da APADEP



EXPEDIENTE

Esta revista é uma publicação da Associação Paulista de Defensores Públicos (Apadep), produzida pela PPc – Paula Pedroso Comunicação.

Distribuída gratuitamente

Presidente Franciane de Fátima Marques

Vice-Presidente Octávio Ginez de Almeida Bueno

Diretoria Administrativa Fabiana Botelho Zapata

Diretoria Financeira Anna Cecília Silva Ferreira de Oliveira

Diretoria Jurídica Rafael de Souza Miranda

Diretoria de Assuntos Legislativos Fabiana Botelho Zapata

Diretoria de Relações Institucionais e Comunicação Bernardo Faêda e Silva Diretoria de Articulação Social Ariane Carolino de Pádua Paschoal

Diretoria de Previdência e Convênios Patrícia Simeonato

Diretoria de Assuntos do Interior Octávio Ginez de Almeida Bueno

Diretoria Social e Cultural Paulo Sérgio Guardia Filho

Conselho:

César Augusto Luiz Leonardo Ana Carolina Minutti Thiago Santos de Souza

Jornalista Responsável Lilian Mallagoli MTB: 30.443

Diagramação Eduardo Lista

FALE CONOSCO

Mande dúvidas, sugestões, críticas ou comentarios para



imprensa@apadep.org.br



Avenida da Liberdade, n°65, cj. 303 CEP 01503-000 São Paulo - SP



11.3107.3347





<u>APADEP EM CAMPO</u>





INTENSIFICAÇÃO DO DIÁLOGO

Unidades de quatro municípios receberam a Diretoria da entidade nos últimos meses: além de ouvir as necessidades locais, os colegas puderam se atualizar com detalhes sobre questões remuneratórias e de estrutura de trabalho, entre outras.

Diretoria da Associação manteve contínuo o projeto APADEP EM CAMPO no último trimestre, com o objetivo de intensificar o diálogo com os associados. Os encontros são, geralmente, realizados em momentos de descontração, como cafés ou happy hours.

Neste período, Franciane Marques, Presidente da entidade, visitou os municípios de Itaquaquecetuba, Jundiaí, Itapetininga e Sorocaba – nestes dois últimos, contou com a companhia do Vice-Presidente Octávio Ginez.

Em Itaquaquecetuba, com a participação do Diretor Social, Paulo Guardia Filho, lotado na Unidade, o encontro se mostrou importante para, mais uma vez, ouvir os colegas e verificar a realidade local da Unidade. Um dos temas trazidos pelos Defensores diz respeito ao aparelho de ar-condicionado do edifício, que está quebrado há aproximadamente um ano e meio e, até hoje, não foi consertado. Os colegas também relataram que vêm enfrentando problemas de interlocução com o CIEE para a contratação de estagiários.

Por fim, a questão remuneratória e o insuficiente quadro de apoio vol-

taram à pauta. Os Defensores manifestaram sua preocupação com estes assuntos, levando em consideração o aumento contínuo da carga de trabalho e da demanda pelos serviços da Defensoria local. Eles perguntaram à Presidente se há perspectivas de mudanças e de medidas de valorização da carreira, e solicitaram que algo seja feito neste sentido, com urgência.

Em Jundiaí, Franciane expôs o trabalho que vem sendo realizado pela APADEP e ouviu os questionamentos dos profissionais a respeito do andamento do pedido remuneratório protocolado junto ao Conselho Superior, sobre o trabalho legislativo que vem sendo realizado em âmbito estadual e nacional – especialmente para pautar o veto presidencial ao dispositivo da LRF, que previa a inclusão da Defensoria Pública em seu texto. Após a visita, duas Defensoras da Unidade se associaram.

O incremento de Defensores para atuação na área Cível foi objeto do principal pleito apresentado pela Regional: a necessidade de recepção de cargos foi fortemente frisada pelos Defensores. Em sessão do Conselho Superior realizada no dia seguinte à visita a Jundiaí, a Presidente levou a preocupação dos colegas e fez o pedido de destinação para a área Cível. Na ocasião, ela frisou que a discussão sobre essa expansão se tratava de tema urgente, havendo necessidade de um retorno à carreira a respeito de suas expectativas.

O projeto também chegou à cidade de Itapetininga, na qual Franciane contou com a companhia do Vice-Presidente Octávio Ginez. O dia foi iniciado por um café da manhã, que permitiu a confraternização dos presentes antes do início das discussões dos temas de interesse locais, como a destinação de mais vagas e problemas com o estacionamento. No mesmo dia, houve a visita à Regional de Sorocaba, onde também foi possível ouvir dos Defensores as principais dificuldades e identificar os pontos que precisam de melhorias. Os temas de falta de Defensores, designação para atribuições fora da área de atuação e desvalorização remuneratória destacaram-se. Os colegas participaram intensamente do debate e foram co-Ihidas várias sugestões de atuação para a APADEP.





ENTREVISTA

SÍNDROME DE BURNOUT: ESTAMOS ATENTOS?

comum ouvirmos as pessoas afirmarem que se sentem estressadas. Especificamente na carreira de Defensor Público, o cansaço físico é somado à lida diária com demandas de natureza diversas, mas sempre ligadas à vulnerabilidade, e à necessidade de atenção extrema. É preciso cuidado: lidar com pessoas é uma tarefa intrínseca à profissão, mas é também uma das principais causas da Síndrome de Burnout.

Ponto máximo do estresse, estima-se que ela afete, em média, 4% da população economicamente ativa em todo o mundo. Impacta, principalmente, profissionais que lidam com o sofrimento humano, como médicos, policiais, bombeiros, carcereiros, advogados, oficiais de Justiça, assistentes sociais e professores. No caso dos Defensores, o estresse é intensificado pelas condições em que atuam: além do atendimento apresentar números cada vez mais elevados, há a inegável falta de estrutura e de recursos para cumprir o serviço de forma satisfatória.

A filial brasileira da International Stress Management Association (Isma) realizou uma pesquisa em que avaliou mil pessoas de 20 a 60 anos, entre 2013 e 2014. Os resultados, divulgados este ano, mostram que 30% dos profissionais apresentam a Síndrome de Burnout e 96% dos atingidos se sentem incapacitados. Outro índice identificado foi o de que 62% dos brasileiros sofrem com a falta de tempo devido à sobrecarga de tarefas – outra reclamação muito usual entre os Defensores Públicos.

Nesta edição, contamos com dois profissionais da saúde especializados no tema, que podem ajudar os Defensores a perceber quando chegaram ao limite e devem procurar por ajuda e tratamento. Professor colaborador do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP e médico do Instituto de Psiquiatria (IPq) do Hospital das Clínicas da FMUSP, Daniel Martins de Barros fala sobre a Síndrome de Burnout, suas características e o que pode ser feito para evitá-la. Daniel também é coordenador médico do Núcleo de Psiquiatria Forense (Nufor) do IPq e pesquisador do Laboratório de Neuroimagem em Psiquiatria da FMUSP. Já Marine Meyer Trinca é psicóloga e atua na área de check-up do Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE).

Enfrentar desafios é algo necessário no ambiente de trabalho, até para estimular a criatividade e a produção; porém, o estresse pode se tornar intenso e prejudicial. Como identificar o limite?

Daniel - Normalmente o limite é atravessado aos poucos, sem que a pessoa perceba. Até certo ponto, quando o estresse é removido, a pessoa pode voltar ao normal, mas, a partir de um ponto, ela adoece. Nesse momento, não basta afastar o estresse, é necessário tratamento. Uma das formas de avaliar esse limite é verificar o quan-

to de impacto o estresse causa no dia a dia, fora do trabalho - nas relações pessoais, de lazer etc. Quando o problema deixa de ser só no trabalho e atinge a vida pessoal, é um sinal de alerta.

Marine – Não tem uma regra; é algo muito individual. Você tem sintomas que vão dando alertas. Eu lembro que ninguém acorda querendo se matar. Os sinais vão surgindo, e a tendência é achar que todos são estressados, porque todos vivem sob pressão. É aí que precisa de cuidado. O ponto positivo é a cobrança que exige que você cresça, se desenvolva. Mais do que isso, precisa prestar atenção.

Qual a diferença entre o estresse e a Síndrome de Burnout? **Daniel** - O estresse é uma reação normal do organismo diante de pressões, ameaças etc. Quando leve, ele é até positivo. O Burnout ocorre quando o limite saudável foi ultrapassado além do ponto de retorno.

Marine - O Burnout é o estado de exaustão de estresse,

DANIEL MARTINS DE BARROS

professor colaborador do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP e médico do Instituto de Psiquiatria (IPq) do Hospital das Clínicas da FMUSP











de certa falência, depois do estresse contínuo. Para chegar a esse ponto, você já teve estresse. A dificuldade é perceber que você ultrapassou todos os seus limites. Uma depressão, geralmente, atinge todas as áreas; o Burnout é relacionado ao estresse no ambiente de trabalho. Ter Burnout predispõe à depressão, e vice-versa, então as doenças conversam entre si. Existe relação entre elas. A pessoa pode apresentar a Síndrome sem ter depressão, ou pode vir a desenvolver a depressão depois.

Como vocês avaliam a incidência da Síndrome de Burnout em profissionais do serviço público, em especial dos Defensores Públicos, que fazem atendimentos diários e pessoais, com número elevado de usuários que estão em situações de extrema vulnerabilidade?

Daniel - O grande fator de risco associado ao Burnout é o desgaste oriundo das relações interpessoais, cronicamente mantido. Nesse sentido, tais profissionais, submetidos a esse estresse interpessoal crônico, têm alto risco.

Marine – Sem dúvida, ele afeta os profissionais que lidam com pessoas. Os Defensores, portanto, apresentam relevantes fatores de risco. Mas, é preciso levar em conta as características do indivíduo – tipo de personalidade, que se

envolve com tudo o que faz, encara a situação adversa com otimismo, muito envolvido com o trabalho, perfeccionista, muito idealista, controlador ou muito passivo. Outro fator de risco é o ambiente de trabalho, e talvez esse ambiente da carreira faça com que as pessoas tenham maior propensão a desenvolver a Síndrome. O suporte social que você tem ou não também influencia.

Além de cansaço e irritabilidade, há sintomas diferenciados, que caracterizam a doença?

Daniel - É uma tríade, que compõe não só o cansaço e a sensação de esgotamento, mas também uma desilusão, com sensação de inutilidade do trabalho, além de um distanciamento emocional e até raiva do trabalho.

Marine — Os pontos-chave são exaustão emocional, distanciamento afetivo e baixa realização profissional — esses pontos são necessários para diagnosticar o Burnout. Geralmente, ouvimos as pessoas dizendo que estão muito cansadas — fala-se até hoje na "Síndrome da Fadiga" — por causa do excesso de atividade, de trabalho, de informação, de disponibilidade. A pessoa não pode ou não consegue se desligar, fica online o tempo todo. A pessoa não se desliga da rotina de trabalho, mas não é capaz de dizer o que comeu ontem. Há também os distúrbios do sono, falta de concentração, falta de memória, irritabilidade, dores de cabeça, de estômago que levam à gastrite, alergias, problemas de pele. E há os sintomas mais graves, como o alcoolismo ou até mesmo a tentativa de suicídio.

Quais exames detectam a Síndrome de Burnout? E como é o tratamento?

Daniel - Não há exames e o tratamento deve se focar nos sintomas, avaliando a presença de doenças como depressão, transtornos de ansiedade e dependências químicas, que podem ocorrer em associação.

Marine – É preciso procurar um psiquiatra para fazer um tratamento, porque a Síndrome surge quando a pessoa não tem mais recursos emocionais. A terapia pode ajudar também, associada.

O que pode ser feito para evitá-la? A Medicina Preventiva traz considerações a respeito?

Daniel - O ideal é fazer o manejo do estresse, identificar previamente as principais fontes de desgaste para modificá-las, além de estabelecer canais de comunicação livres com chefias e RH.

Marine – No HIAE, há orientação para os executivos. Para ficar muito doente, significa que a pessoa foi exposta a muito estresse, não foi um acontecimento eventual. É muito difícil a pessoa perder o emprego ou passar por um luto e não ficar estressada. O que precisa ser evitado é a continuidade. Se a personalidade tem um funcionamento psíquico mais desenvolvido, mais fácil será deixar esse momento para trás. É preciso lembrar que isso não acontece de uma hora para outra, ninguém fica exausto ao acordar em uma manhã. Os sintomas vão surgindo, e é preciso ficar atento. A insatisfação e o desprazer não podem ser permanentes e nem se intensificar. Isso é um grande sinal de que as coisas não estão indo bem.

MARINE MEYER TRINCA

psicóloga da Medicina Preventiva do Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE)







CAPA



LC 988/06: A HORA DA MUDANÇA

Pouco mais de um ano após a aprovação da Emenda Constitucional 80, chega o momento de os Defensores Públicos de SP enviarem à Assembleia Legislativa do Estado uma nova proposta de Lei que não só efetive a EC 80, como garanta à Defensoria paulista um futuro à altura do vanguardismo bandeirante

ue 4 de junho de 2014 será lembrado como um marco na história das Defensorias Públicas do Brasil, é ponto pacífico na carreira. Naquela data, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional 80, que posicionou a Defensoria no lugar que lhe era devido: não acima ou abaixo das demais instituições da Justiça, mas a seu lado. Por meio da EC 80, aplicam-se à Defensoria os mesmos princípios constitucionais que regem a Magistratura. Por sua efetivação, as carreiras da Justiça deverão contar com igualdade de condições de trabalho e, os mais vulneráveis, com o mesmo direito ao acesso à justiça já desfrutado por aqueles com melhores condições financeiras.

Sabemos, contudo, que para a EC 80 ganhar vida e concretude, é indispensável adaptar as leis estaduais que organizam as Defensorias Públicas, bem como as Constituições das entidades da federação. Desde a promulgação da EC 80, a carreira paulista iniciou um intenso debate com o propósito de adaptar a Lei Complementar 988/06 e a Constituição bandeirante à emenda. A APADEP promoveu duas consultas neste sentido, a fim de refletir em seu trabalho e nas discussões junto ao Conselho Superior o desejo dos Defensores. A carreira também pode

contribuir por meio das consultas realizadas pela Administração. Parte destas propostas foi incluída no projeto de alteração da LC 988/06 formatado pela comissão criada pelo Conselho Superior, que vem sendo minuciosamente discutido nas sessões nos últimos meses.

Alguns pontos de grande relevância para a Associação ficaram, por enquanto, de fora do documento. Mas, completo ou enxuto, o projeto a ser aprovado pelos Conselheiros é o que, esperamos, circulará pelas mãos dos Deputados Estaduais em um processo de votação que, muito provavelmente, exigirá ainda mais persistência dos bravos Defensores. Até porque, após – desejamos – aprovado, ainda precisará do aval final do Governador Geraldo Alckmin.

Nas próximas páginas, os colegas poderão conferir um resumo do trabalho de adaptação da LC 988/06 até aqui. Separamos, em blocos, as sugestões da APADEP, a nova redação proposta pela Comissão para a LC 988/06 e para a Constituição Estadual. Por conta da extensão dos textos, destacamos apenas parte deles ou tópicos. Com informação, estaremos mais bem munidos para as batalhas que estão por vir. O futuro da carreira depende da maneira como as enfrentaremos. •





Cenas do seminário sobre novo desenho constitucional da Defensoria Pública a partir da promulgação da Emenda Constitucional n°80/2014, ocorrido em outubro de 2014, na sede da Defensoria Pública de São Paulo



MELHOR COM O TEMPO

Não é a primeira vez que a LC 988 é atualizada. Confira as adaptações feitas desde 2006



LC 1.033/07

ALTEROU O VALOR
DE REFERÊNCIA DOS
VENCIMENTOS E AS
REGRAS DE PROMOÇÃO
PARA OS DEFENSORES
INGRESSOS NO I E
II CONCURSOS DA
CARREIRA

LC 1.112/10 LC 1.141/11 LC 1.221/13

ALTEROU O VALOR DE REFERÊNCIA DOS VENCIMENTOS DOS DEFENSORES PÚBLICOS



PROPOSTAS DEFENDIDAS PELA APADEP*

ACOLHIDAS PELA COMISSÃO OU DEBATIDAS NA VOTAÇÃO

*De iniciativa da Associação e/ou fruto das consultas feitas pela APADEP junto aos Associados.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

ARTIGO 24

A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público-Geral e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

ARTIGO 103

Artigo 103 – A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

[...]

§1° - Lei complementar de iniciativa do Defensor Público-Geral disporá sobre a estrutura, funcionamento e competência da Defensoria Pública, observado o disposto na Constituição Federal e nas normas gerais prescritas por lei complementar federal.

§3° - São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 da Constituição Federal.

LC988/2006

 \bigoplus

ARTIGO 91

Artigo 91 - O regulamento do concurso exigirá dos interessados os seguintes requisitos, dentre outros: § 1º - A capacidade postulatória do Defensor Público decorre exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo público.

ARTIGO 118

A promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício no respectivo nível e integrar o Defensor Público a primeira quinta parte da lista de antiguidade deste, salvo se não houver inscritos com tais requisitos.

 \bigoplus



§ 6° - O previsto no § 5° deste artigo também será aplicado no caso de indeferimento de gozo de outros afastamentos e/ou licenças a bem do serviço público.

ARTIGO 142

Será concedida à Defensora Pública gestante licença pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, mediante inspeção médica.

ARTIGO 144

A Defensora Pública, quando adotar criança de até 7 (sete) anos de idade, terá direito a licença de 180 (cento e oitenta) dias, com vencimentos e demais vantagens de seu cargo, a partir da expedição do termo de guarda para fim de adoção ou do termo de adoção.

ARTIGO 155

§3º- A pedido do interessado, os dias de substituição poderão ser convertidos em licença compensatória que será regulamentada por deliberação do Conselho Superior.

ARTIGO 156

§ 2º – Computar-se-á, como tempo de serviço, para todos os efeitos, o tempo de serviço público prestado a entes da federação, bem como o tempo de estágio na Defensoria Pública do Estado.

§ 3º – O cômputo do tempo a que se referem os parágrafos anteriores, desempenhado em períodos não contínuos, será considerado como de exercício ininterrupto para todos os efeitos legais.

ARTIGO 11 DT

VIII – auxílio-saúde, de caráter indenizatório, extensivo aos inativos, para subsidiar despesas com plano ou seguro de assistência à saúde, nos termos, limites e proporção fixados em Ato do Defensor Público-Geral.

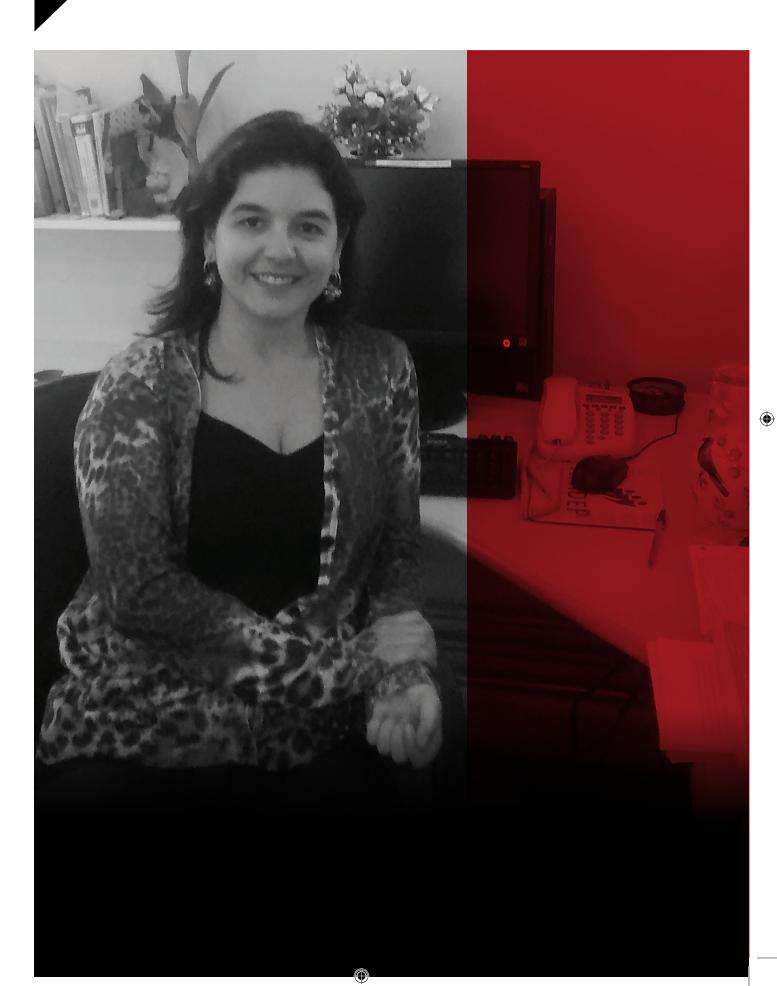
ARTIGO 17 DT

Parágrafo único – A gratificação por especial dificuldade decorrente da natureza do serviço prevista pelo art. 155 desta Lei terá natureza indenizatória para todos os fins.





HISTÓRIA DE DEFENSOR







DEFENDENDO A INFÂNCIA EM TEMPO INTEGRAL

Defensora Pública de Jundiaí, Patricia Malite tem sua história entrelaçada a de centenas ou milhares de crianças e adolescentes. Além de ter se tornado, em 2007, responsável pela área da Infância e Juventude do município, ela trabalha voluntariamente desde os 18 anos com projetos sociais voltados à arte e educação.

"O QUE VEJO NO DIA A DIA É A PONTA DO ICEBERG, E TENTO, COMO CIDADÃ, LEVAR O QUE FALTA PARA ESSAS CRIANÇAS, POR MEIO DE PROJETOS SOCIAIS."

frase da Defensora Pública Patricia Malite Imperato resume sua atuação e a dedicação que emprega em suas atividades profissionais e voluntárias. Olhar para as crianças e jovens com a esperança de mudar os seus rumos é sua força motora. Evitar que elas precisem da intervenção do Judiciário é seu sonho. Desde os 18 anos, Patricia trabalha com crianças. Começou dando aulas para jovens de uma favela de Jundiaí, e chegou a lecionar simultaneamente para 60 deles. Em 2007, viu sua profissão se cruzar com o trabalho voluntário: tornou-se Defensora Pública da Infância e Juventude da cidade.

Nascida em Jundiaí, iniciou a carreira como Procuradora do Estado, até que, em 2002, surgiu a oportunidade de atuar na área criminal. Trabalhou na 4ª Vara Criminal de Campinas por quatro anos e, pouco antes de criarem a Defensoria Pública, removeu-se para Jundiaí. Participou, então, da criação da Regional da Defensoria Pública de Jundiaí, em 2007, da qual chegou a ser Coordenadora.

Nesse momento, atendendo a um reclamo da própria população, foi criada uma Defensoria com atribuição específica na área da infância e juventude, cujo cargo ela assumiu. "Havia uma série de questões para resolver, vários enfrentamentos relacionados

à agressão policial, e conseguimos desenvolver esse trabalho; acionamos inclusive o Núcleo de Direitos Humanos e conseguimos até exonerar um policial", lembra. Paralelamente, foi também em 2007 que iniciou o projeto educacional chamado Academia de Crianças, para desenvolver as potencialidades de crianças e adolescentes dos 7 aos 16 anos. Quando começou a participar das audiências concentradas, realizadas na área da infância cível, iniciou um trabalho de capacitação das equipes técnicas e do Conselho Tutelar, investindo em uma nova prática encampada nas alterações ocorridas no Estatuto da Criança e do Adolescente



(

HISTÓRIA DE DEFENSOR

"Ir para a assistência judiciária enriqueceu minha vida, mas ir para a área da infância enriqueceu muito mais."

(ECA). "Foi feita uma série de eventos para a sensibilização desses profissionais e, por fim, quando foi criado o segundo Conselho Tutelar, fiz parte de sua capacitação, para que ele pudesse atuar de acordo com a nova lei." Isso mudou a prática local e diminuiu o número de crianças acolhidas institucionalmente.

De seu trabalho intenso na capacitação dos Conselheiros Tutelares surgiram desdobramentos: há alguns anos, eles estavam muito incomodados com mulheres com histórico de uso problemático de drogas, grávidas e em situação de rua. Só se tinha conhecimento delas quando iam dar à luz, momento em que o hospital informava ao juiz sobre o nascimento do bebê. Após tal comunicação, não raro, o magistrado determinava o acolhimento institucional do recém-nascido. Começaram, então, a procurar alternativas, a visitar locais para gestantes, buscar vagas para o acolhimento dessas futuras mães, além de cobrar do Município a criação da rede de atendimento psicossocial. Patricia conta que uma das vitórias foi a concretização do Consultório de Rua, serviço tipificado nas Diretrizes do Ministério da Saúde.

Com o consultório, ela afirma que foi possível conhecer a situação real dessas mulheres. "A Defensoria passou a coordenar a Comissão Gestante, que reúne várias pessoas da rede de proteção, incluindo gestores públicos. Toda vez que é detectada uma gestante, e que um vínculo é feito com ela, a Comissão trabalha esse caso de forma interdisciplinar para prestar auxílio a essa pessoa, e tentar incluí-la em vários serviços, como o de tratamento ambulatorial. O próximo passo é ter uma entidade no município onde essa mãe possa ser tratada junto com a criança", detalha. Outro projeto que a Defensoria abraçou por meio da atuação incansável da Defensora foi aquele denominado como "Reunião de Caso Novo": sempre que o Conselho Tutelar toma conhecimento de um possível acolhimento institucional de uma crianca, essa reunião é convocada e os técnicos debatem o caso de forma multidisciplinar para conseguir encontrar a melhor solução. A última opção é institucionalizar a criança, o que, antigamente, era feito automaticamente.

Patricia acredita que a situação mudou graças à criação de um fluxo de atendimento nesses casos, que permite o monitoramento. "A prática obteve grande melhora, deu resultado. Não conseguimos ainda escrever sobre esse trabalho, até para passar aos colegas que tenham interesse em fazer o mesmo em suas regiões, mas nossa Unidade está à disposição, caso alguém tenha interesse em conhecer os detalhes para replicar em sua região."

No campo pessoal, desde 2001, a ONG Academia de Crianças, montada por um grupo de trabalho do qual Patricia participa, carrega como principal objetivo um sonho seu: a construção de uma escola com liberdade curricular e de pensamento.

Ao longo de sua história, foram diversos os trabalhos voluntários desenvolvidos e, dependendo das condições, um se soma ao outro, ou acaba por substituí-lo. Dentre esses diversos projetos, Patricia passou

pelo trabalho na Academia, surgindo após o Projeto Suru, focado na dificuldade de aprendizagem. Ela percebia que a criança com dificuldade de aprendizagem acaba por ser expulsa da escola aos 12, 13 anos, e é assim que seu encontro com as drogas, como uma porta de saída, se mostra bastante atrativo.

Atualmente, envolve-se com o Projeto Tesouros do Ser, que compreende o atendimento dentro das escolas, o que possibilitou o contato com um maior número de crianças. "Ele foi muito bem recebido e, agora, queremos expandir essa atuação para todo o município de Jundiaí." São atendidas 300 crianças e o trabalho é conduzido tendo como base os jogos cooperativos. Desde dezembro, ela estende esse projeto também aos meninos e meninas da Fundação Casa de Jundiaí. Conta que ele tem sido muito bem recebido pelos adolescentes que cumprem medida de internação e o Diretor da entidade de atendimento também vem buscando expandi-lo para outras unidades. Ela mantém o sonho de esparramar essa iniciativa nos locais que dela necessitam, como meio de minimizar dificuldades e afastar criancas e adolescentes de problemas maiores no futuro.

A profissional completou há pouco 24 anos de Procuradoria e Defensoria. "Ir para a assistência judiciária foi algo que enriqueceu muito minha vida, mas ir para a área da infância enriqueceu muito mais. Por um lado, estou diante dos problemas mais dificeis, mas, ao mesmo tempo, sinto que essa é minha vocação", diz.

Sua única frustração é o processo judicial não acompanhar a dinâmica da vida. "Eu gostaria, muitas vezes, de deixar o processo de lado, que nem sempre resolve com rapidez o que aquela alma humana está precisando. Quando me aposentar, tenho vontade de continuar a atuar diretamente com essas pessoas, acolhendo-as, lutando pelos direitos delas e instruindo-as sobre os direitos que elas têm. Meu sonho é, no futuro, trabalhar menos com processos e mais com o ser humano. •







BRUNO BORTOLUCCI BAGHIM

1° DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DA REGIONAL MARÍLIA

(1

UMA INCÔMODA DEFENSORIA PÚBLICA



ma leitura rápida do rol de direitos e garantias individuais do artigo 5° de nossa Carta Magna é suficiente para que cheguemos a uma conclusão: o Estado é, por excelência, o maior violador de Direitos no Brasil. A saúde é precária, disputando com a educação o pódio do fracasso. Parcela relevante da população não tem acesso a saneamento básico e moradia. Milhões passam fome e vivem abaixo da linha da pobreza. Como se não bastasse, essa mesma parcela da população é alvo preferencial do aparato punitivo estatal, sofrendo com a violência policial, as prisões arbitrárias e um sistema penitenciário falido, representado por masmorras insalubres onde as pessoas perdem o pouco de dignidade que lhes resta.

Em um contexto tão assolador, cresce em relevância uma Instituição como a Defensoria Pública, órgão constitucio-nalmente destinado à prestação de assistência jurídica gratuita aos necessitados, proporcionando a garantia do acesso à Justiça àqueles que não possam fazê-lo com seus próprios recursos.

Mas para cumprir sua missão, a Defensoria Pública precisa ser incômoda – e o tem sido.

No último dia 03 de julho a mídia repercutiu as críticas do Governador de São Paulo em relação à Defensoria Pública logo após a Instituição ter ajuizado ação pleiteando o fechamento de uma Unidade da Fundação CASA em razão de agressões suportadas pelos internos. Em síntese,

o Governador afirmou que o Estado fecharia caso fossem atendidos todos os pleitos da Defensoria Pública, dizendo ainda que os defensores ganham por ação ajuizada. Tais críticas já foram devidamente respondidas pela própria Defensoria e pela Associação Paulista de Defensores Públicos – APADEP, não sendo este texto uma terceira resposta ao Executivo.

Na verdade, o que se deseja ressaltar é que a reação do Governador nada mais é do que reflexo da atuação aguerrida – e competente - de uma Instituição que hoje é um dos maiores símbolos da defesa e da promoção dos Direitos Humanos, em todas as suas esferas.

Como já dito, a Defensoria Pública incomoda, e não poderia ser diferente, já que sua atuação escancara as falhas de outras esferas do Poder Público. Além disso, as demandas por ela ajuizadas não são temerárias, muito pelo contrário: temerárias são as violações de direitos com que se deparam os Defensores Públicos no dia-a-dia, perpetradas pelo próprio Estado. Tratando-se de uma extensa lista de graves violações, ela impõe a atuação destes agentes políticos, sendo inimaginável conceber uma postura omissa de quem tem a missão de promover acesso à Justiça. Mais do que uma simples garantia constitucional, o acesso à Justiça é a garantia das garantias, sendo verdadeiro instrumento de promoção da igualdade material, por permitir a todo e qualquer cidadão a busca do Poder Judiciário para defesa de um direito. Sem ele, os demais direitos e garantias seriam meras promessas vazias, da mesma forma que o próprio acesso à Justiça seria algo vazio se não efetivamente proporcionado a todas as pessoas. Neste contexto, surge a Defensoria Pública, Instituição autônoma voltada à prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, em todas as esferas, nas searas individual e coletiva.

Logo, pode-se concluir que a promoção do acesso à Justiça mostra-se imprescindível para o avanço do Estado Democrático e Social de Direito, sendo que a sua democratização impõe o aparelhamento e a expansão da Defensoria Pública.

Quanto aos Defensores Públicos, que não esmoreçam. Que saibam que a atuação diária pelos hipossuficientes não impede a luta pela valorização da carreira, que pode e precisa estar em situação de paridade com as demais do Sistema de Justiça. Que não olvidem que as críticas sempre virão, muitas delas injustas, mas que elas também indicarão que o trabalho está dando resultados. Que o tão necessário incômodo está sendo causado. Conforme eternizado por Carlos Drummond de Andrade, "meu nome é tumulto, e escreve-se na pedra". •



BALANÇO DO TRIMESTRE

AGO, DIA DO DEFENSOR, ATUAÇÃO EM CONJUNTO COM A ANADEP, CONTINUIDADE DA LUTA REMUNERATÓRIA E ESTREIA DO CAMPEONATO DE FUTEBOL

segundo trimestre do ano foi marcado por um importante evento para a carreira: além da comemoração, em 19 de maio, do Dia Nacional da Defensoria Pública, pela primeira vez foi celebrado também o Dia do Defensor Público do Estado de São Paulo, instituído pela Lei Estadual no 15.723/15.

Para celebrar as datas, ao longo daquela semana, a APADEP realizou diversos eventos comemorativos: uma maratona esportiva no Parque Villa-Lobos, o Ato Solene em homenagem à Defensoria Pública e ao Dia do Defensor - realizado em parceria com a Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e a Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Estado, com o apoio da Liderança do PSDB -, além de uma festa na casa Grazie a Dio, na Vila Madalena.

A data também mereceu espaço na mídia. A Presidente da APADEP, Franciane Marques, concedeu entrevista à Rádio CBN São Paulo, na qual defendeu a autonomia da Defensoria Pública, e à Rádio Estadão, oportunidade em que ressaltou a necessidade de crescimento da Instituição no Estado. A Presidência também teve artigo publicado na edição online da Folha de S. Paulo, oferecendo um panorama da carreira no Estado de São Paulo, sua forte atuação e seus desafios.

Nesse mesmo trimestre, o Plenário do STF decidiu por unanimidade que a Defensoria Pública tem legitimidade para propor ação civil pública na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos: a Corte julgou constitucional dispositivo da Lei no 11.448/07, que alterou a Lei no 7.347/85, prevendo a Defensoria Pública como um dos legitimados para propor ação civil pública. Importante ressaltar o trabalho árduo das Associações Estaduais unidas à ANADEP em busca dessa decisão.

O período também foi marcado por Assembleias-Gerais Ordinárias da APADEP e da ANADEP. A entidade paulista convocou os Associados para a reunião em que foram discutidos o Relatório Anual da Diretoria, o Balanço, a Prestação de Contas e a Previsão Orçamentária para o ano subsequente. A Associação Nacional, por sua vez, colocou em votação a alteração ao seu Estatuto e, logo após, promoveu eleição na entidade. O Presidente eleito para o biênio 2015/2017 foi o Defensor Público do Maranhão Joaquim Gonzaga de Araújo Neto. Franciane Marques foi eleita para o Conselho Consultivo.

As duas Associações divulgaram, ainda, a parceria que firmaram com o SESI Nacional para a inclusão de adolescentes e jovens, vítimas de abuso e exploração sexual, no Projeto ViraVida, com evento organizado pela Diretoria de Articulação Social da APADEP, que contou

com o apoio do Núcleo da Infância e Juventude, Escola da Defensoria Pública e Assessoria Técnica Psicossocial da Instituição.

A Diretoria da APADEP acompanhou também a Assembleia-Geral Extraordinária da ANADEP, em Brasília, e participou de movimentação das Associações no legislativo federal para que seja pautado, no Congresso Nacional, a análise ao veto da Presidência da República ao PLP 114, que incluía a Defensoria Pública na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na mesma época, iniciou-se a análise do estudo realizado pela Comissão, instituída pelo Conselho Superior, para apresentar as alterações à Lei Complementar Estadual nº 988/06, a partir das disposições trazidas pela Emenda Constitucional nº 80/14.

Membros da Diretoria da APADEP se deslocaram para visitas a Unidades da Defensoria e participaram de eventos expressivos para a carreira: no projeto APADEP em Campo, Franciane visitou as unidades da Defensoria de Itaquaquecetuba, Jundiaí e Sorocaba. Na Capital, esteve presente em reunião com a Regional Criminal da Barra Funda, na qual foi debatido o Ato que disciplinou as visitas aos presos provisórios. Diretores marcaram presença em evento realizado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no 171/1993, que reduz de 18 para 16 anos a maioridade penal. No litoral, o Conselheiro Thiago Souza representou a APADEP na inauguração da Unidade da Defensoria de Praia Grande.

No último trimestre, a Associação manteve seu firme posicionamento quanto à questão remuneratória e voltou a indagar a Administração Superior sobre a aprovação do projeto por ela apresentado, objetivando sempre a busca pela paridade dos valores pagos às carreiras da mesma magnitude.

Na 428ª Sessão do Conselho Superior, especificamente, a Presidente da APADEP ressaltou que as Associações Estaduais têm sido constantemente pressionadas a atuar na valorização remuneratória dos Defensores Público e também questionou o Defensor Público-Geral sobre a estratégia de apresentação do projeto de lei à ALESP caso não haja anuência do Executivo.

Finalmente, foi iniciada a I Supercopa dos Campeões APADEP, com jogo inaugural em Santos. As partidas seguintes prestigiaram o interior do Estado e ocorreram nas cidades de São José dos Campos, Ribeirão Preto e Campinas. A final da Supercopa dos Campeões da APADEP está marcada para 1º de agosto, em São Roque, com uma grande confraternização.





gols, grandes defesas e a festa da torcida foram determinantes para o sucesso do torneio.

O primeiro grande campeonato de futebol society da Associação foi também abrangente, já que as partidas foram realizadas em diversas cidades do Estado, com o objetivo de englobar todas as regiões e permitir que a maior quantidade de colegas participasse e confraternizasse, já que o churrasco e a bebida complementaram os eventos!

O início foi em 20 de junho, em Santos. O segundo destino, em 27 de junho, foi São José dos Campos.

Ribeirão Preto sediou as partidas de 4 de julho. Os torcedores viram, na semifinal, realizada em Campinas no dia 18 de julho,

Agora, está tudo pronto para a esperada final, que será realizada em 1º de agosto, em São Roque. Uma grande festa está sendo preparada para que todos possam celebrar com muita descontração a final da Supercopa. A partida será disputada entre os times Regional Leste e Regional Santos. Também serão confirmados os vencedores do Prêmio Uniforme Perfeito, Prêmio Chuteira de Ouro e do Prêmio Luva de Ouro. O evento começará às 10h e seguirá até às 18h, no Hotel Villa Rossa - Rua Cora Coralina,350, Vila Darcy Penteado, São Roque (acesso pelas Rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares), em regime de day use, com churrasco, open bar, lazer e DJ. É animação pura! ■



NOVA SEDE

A sede da APADEP estará, em breve, em novo endereço! A entidade passará a ocupar um imóvel onde os Associados terão mais conforto. Haverá uma sala para reuniões e infraestrutura planejada para receber os Defensores, especialmente aqueles vindos do interior, para que possam descansar, bater um papo ou tomar um café.

A nova sede funcionará no endereço à Praça Padre Manoel da Nóbrega, 16, 6º andar, Centro de São Paulo, ao lado do Pátio do Colégio. Fique de olho na chamada para a inauguração!



MAIS BRAÇOS PARA A DEFENSORIA

Temos cobrado a proposta, que está sendo elaborada pela 1ª Subdefensoria Pública-Geral, a respeito da lotação dos novos cargos a serem ocupados pelos Defensores Públicos, que serão aprovados nos próximos VII e VIII Concursos de Ingresso à Carreira, bem como dos cargos de apoio que têm sido prometidos. Espera-se que esses cargos venham a minimizar o extremo acúmulo de atribuições que recai sobre os colegas.



CONVÊNIOS

Na busca de conforto e mais opções, o trabalho aqui não para! Nesses meses de gestão foram firmados mais de 35 convênios na Capital e Interior; consulte nosso site e veja quantas vantagens, associado! E participe você também, enviando sua sugestão para novos convênios pelo email apadep@apadep.org.br. Buscamos sua satisfação sempre! ■





Plano de Saúde Coletivo por Adesão.

Defensor Público: na Qualicorp você tem excelentes opções para cuidar da saúde, pelo melhor preço.¹





Planos de saúde coletivos por adesão são aqueles disponibilizados para pessoas de uma mesma categoria profissional ou área de atuação, por meio de sua entidade de classe. É o seu caso, Defensor Público associado à APADEP. A Qualicorp é líder nesse mercado e trabalha para você ter cada vez mais acesso à saúde de qualidade. Confira.



As mais conceituadas operadoras de saúde do Brasil.



Inúmeras opções de planos com os melhores médicos, hospitais e laboratórios.²



Além da APADEP, somos parceiros de centenas de entidades, o que nos dá legitimidade para negociar preços mais baixos.

Antes de escolher seu plano, converse com a Qualicorp.

Ligue: 0800 799 3003

De segunda a sexta-feira, das 9h às 21h; aos sábados, das 10h às 16h

ou acesse: www.economizecomaqualicorp.com.br





¹Preços e condições obtidos pela negociação coletiva da Qualicorp com as operadoras de saúde parceiras. ²De acordo com a disponibilidade da rede médica da operadora de saúde escolhida e do plano contratado.



Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Abril/2015.



